ERIC J. HOBSBAWM

A ERA DAS REVOLUÇÕES

1789-1848

PAZ E TERRA

Capítulo Três

A Revolução Francesa

Um inglês que não se sinta cheio de estima e admiração pela maneira sublime com que está agora se efetuando uma das mais IMPORTANTES REVOLUÇÕES que o mundo jamais viu deve estar morto para todos os sentidos da virtude e da liberdade; nenhum de meus patrícios que tenha tido a sorte de presenciar as ocorrências dos últimos três dias nesta grande cidade fará mais que testemunhar que minha linguagem não é hiperbólica.

— The Morning Post, 21 de julho de 1789, sobre a queda da Bastilha

Brevemente as nações esclarecidas colocarão em julgamento aqueles que têm até aqui governado os seus destinos. Os reis fugirão para os desertos, para a companhia dos animais selvagens que a eles se assemelham; e a Natureza recuperará os seus direitos.

— Saint-Just; *Sur La Constitution de la France, Discours prononcé à la Convention*, 24 de abril de 1793

I

Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa. A Grã-Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, o explosivo econômico que rompeu com as estruturas sócio-econômicas tradicionais do mundo não europeu; mas foi a França que fez suas resoluções e a elas deu suas idéias, a ponto de bandeiras tricolores de um tipo ou de outro terem-se tornado o emblema de praticamente todas as nações emergentes, e a política europeia (ou mesmo mundial) entre 1789 e 1917 foi em grande parte a luta a favor e contra os princípios de 1789, ou os ainda mais incendiários de 1793. A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo. A França deu o primeiro grande exemplo, o conceito e o vocabulário do nacionalismo. A França forneceu os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países. A ideologia do mundo moderno atingiu as antigas civilizações que tinham até então resistido as ideias europeias inicialmente através da influência francesa. Esta foi a obra da Revolução Francesa.

O final do século XVIII, como vimos, foi uma época de crise para os

velhos regimes da Europa e seus sistemas econômicos, e suas últimas décadas foram cheias de agitações políticas, às vezes chegando a ponto da revolta, e de movimentos coloniais em busca de autonomia, às vezes atingindo o ponto da secessão: não só nos EUA (1776-83) mas também na Irlanda (1782-4), na Bélgica e em Liège (1787-90), na Holanda (1783-7), em Genebra e até mesmo — conforme já se discutiu- na Inglaterra (1779). A quantidade de agitações políticas é tão grande que alguns historiadores mais recentes falaram de uma "era da revolução democrática", em que a Revolução Francesa foi apenas um exemplo, embora o mais dramático e de maior alcance e repercussão.

Na medida em que a crise do velho regime não foi puramente um fenómeno francês, há algum peso nestas observações. Igualmente, pode-se argumentar que a Revolução Russa de 1917 (que ocupa uma posição de importância análoga em nosso século) foi meramente o mais dramático de toda uma série de movimentos semelhantes, tais como os que — alguns anos antes de 1917 — finalmente puseram fim aos antigos impérios turco e chinês. Ainda assim, há aí um equívoco. A Revolução Francesa pode não ter sido um fenómeno isolado, mas foi muito mais fundamental do que os outros fenómenos contemporâneos e suas consequências foram portanto mais profundas. Em primeiro lugar, ela se deu no mais populoso e poderoso Estado da Europa (não considerando a Rússia). Em 1789, cerca de um em cada cinco europeus era francês. Em segundo lugar, ela foi, diferentemente de todas as revoluções que a precederam e a seguiram, uma revolução social de massa, e incomensuravelmente mais radical do que qualquer levante comparável. Não é um fato meramente acidental que os revolucionários americanos e os jacobinos britânicos que emigraram para a Fiança devido a suas simpatias políticas tenham sido vistos como moderados na França. Tom Paine era um extremista na Grã-Bretanha e na América; mas em Paris ele estava entre os mais moderados dos girondinos. Resultaram das revoluções americanas, grosseiramente falando, países que continuaram a ser o que eram, somente sem o controle político dos britânicos, espanhóis e portugueses. O resultado da Revolução Francesa foi que a era de Balzac substituiu a era de Mme. Du-barry.

Em terceiro lugar, entre todas as revoluções contemporâneas, a Revolução Francesa foi a única ecuménica. Seus exércitos partiram para revolucionar o mundo; suas ideias de fato o revolucionaram. A revolução americana foi um acontecimento crucial na história americana, mas (exceto nos países diretamente envolvidos nela ou por ela) deixou poucos traços relevantes em outras partes. A Revolução Francesa é um marco em todos os países. Suas repercussões, ao contrário daquelas da revolução americana, ocasionaram os levantes que levaram à libertação da América Latina depois de 1808. Sua influência direta se espalhou até Bengala, onde Ram Mohan Roy foi inspirado por ela a fundar o primeiro movimento de reforma hindu, predecessor do moderno

nacionalismo indiano. (Quando visitou a Inglaterra em 1830, ele insistiu em viajar num navio francês para demonstrar o entusiasmo que tinha pelos princípios da Revolução.) A Revolução Francesa foi, como se disse bem, "o primeiro grande movimento de ideias da cristandade ocidental que teve qualquer efeito real sobre o mundo islâmico", e isto quase que de imediato. Por volta da metade do século XIX, a palavra turca vatan, que até então simplesmente descrevia o local de nascimento ou a residência de um homem, tinha começado a se transformar, sob sua influência, em algo parecido com patrie, o termo "liberdade", antes de 1800 sobretudo uma expressão legal que denotava o oposto de "escravidão", tinha começado a adquirir um novo conteúdo político. Sua influência direta é universal, pois ela forneceu o padrão para todos os movimentos revolucionários subsequentes, suas lições (interpretadas segundo o gosto de cada um) tendo sido incorporadas ao socialismo e ao comunismo modernos.

A Revolução Francesa é assim a revolução do seu tempo, e não apenas uma, embora a mais proeminente, do seu tipo. E suas origens devem portanto ser procuradas não meramente em condições gerais da Europa, mas sim na situação específica da França. Sua peculiaridade é talvez melhor ilustrada em termos internacionais. Durante todo o século XVIII a França foi o maior rival econômico da Grã-Bretanha. Seu comércio externo, que se multiplicou quatro vezes entre 1720 e 1780, causava ansiedade; seu sistema colonial foi em certas áreas (como nas índias Ocidentais) mais dinâmico que o britânico. Mesmo assim a França não era uma potência como a Grã-Bretanha, cuja política externa já era substancialmente determinada pelos interesses da expansão capitalista. Ela era a mais poderosa, e sob vários aspectos a mais típica, das velhas e aristocráticas monarquias absolutas da Europa. Em outras palavras, o conflito entre a estrutura oficial e os interesses estabelecidos do velho regime e as novas forças sociais ascendentes era mais agudo na franca do que em outras partes.

As novas forças sabiam muito precisamente o que queriam. Turgot, o economista fisiocrata, lutou por uma exploração eficiente da terra, por um comércio c uma empresa livres, por uma administração eficiente e padronizada de um único território nacional homogéneo, pela abolição de todas as restrições e desigualdades sociais que impediam o desenvolvimento dos recursos nacionais e por uma administração e taxação racionais e imparciais. Ainda assim, sua tentativa de aplicação desse programa como primeiro-ministro no período 1774-6 fracassou lamentavelmente, e o fracasso é característico. Reformas desse tipo, em doses modestas, não eram incompatíveis com as monarquias absolutas nem tampouco mal recebidas. Pelo contrário, uma vez que as fortaleciam, tiveram, como já vimos uma ampla difusão nessa época entre os chamados "déspotas esclarecidos". Mas na maioria dos países de "despotismo esclarecido" essas reformas ou eram inaplicáveis, e portanto meros floreios teóricos, ou então

improváveis de mudar o caráter geral de suas estruturas político-sociais; ou ainda fracassaram em face da resistência das aristocracias locais e de outros interesses estabelecidos, deixando o país recair em uma versão um pouco mais limpa do seu antigo Estado. Na França elas fracassaram mais rapidamente do que em outras partes, pois a resistência dos interesses estabelecidos era mais efetiva. Mas os resultados deste fracasso foram mais catastróficos para a monarquia; e as forças da mudança burguesa eram fortes demais para cair na inatividade. Elas simplesmente transferiram suas esperanças de uma monarquia esclarecida para ò povo ou a "nação".

Não obstante, uma generalização desta ordem não nos leva muito longe na compreensão de por que a revolução eclodiu quando eclodiu, e por que tomou aquele curso notável. Para isso, é mais útil considerarmos a chamada "reação feudal" que realmente forneceu a centelha que fez explodir o barril de pólvora da França.

As 400 mil pessoas aproximadamente que, entre os 23 milhões de franceses, formavam, a nobreza, a inquestionável "primeira linha" da nação, embora não tão absolutamente a salvo da intromissão das linhas menores como na Prússia e outros lugares, estavam bastante seguras. Elas gozavam de consideráveis privilégios, inclusive de isenção de vários impostos (mas não de tantos quanto o clero, mais bem organizado), e do direito de receber tributos feudais. Politicamente sua situação era menos brilhante. A monarquia absoluta, conquanto inteiramente aristocrática e até mesmo feudal no seu ethos, tinha destituído os nobres de sua independência política e responsabilidade e reduzido ao mínimo suas velhas instituições representativas "estados" e parlements. O fato continuou a se agravar entre a mais alta aristocracia e entre a noblesse de robe mais recente, criada pelos reis para vários fins, principalmente financeiros e administrativos; uma classe média governamental enobrecida que expressava tanto quanto podia o duplo descontentamento dos aristocratas e dos burgueses através das assembleias e cortes de justiça remanescentes. Economicamente as preocupações dos nobres não eram absolutamente desprezíveis. Guerreiros e não profissionais ou empresários por nascimento c tradição — os nobres eram até mesmo formalmente impedidos de exercer um oficio ou profissão —, eles dependiam da renda de saias propriedades, ou, se pertencessem à minoria privilegiada de grandes nobres ou cortesãos, de casamentos milionários, pensões, presentes ou sinecuras da corte. Mas os gastos que exigia o status de nobre eram grandes e cada vez maiores, e suas rendas caíam — já que eram raramente administradores inteligentes de suas fortunas, se é que de alguma forma as conseguiam administrar. A inflação tendia a reduzir o valor de rendas fixas, como aluguéis.

Era, portanto natural que os nobres usassem seu bem principal, os privilégios reconhecidos. Durante todo o século XVIII, na França como em

tantos outros países, eles invadiram decididamente os postos oficiais que a monarquia absoluta preferira preencher com homens da classe média, politicamente inofensivos e tecnicamente competentes. Por volta da década de 1780, eram necessários quatro graus de nobreza até para comprar uma patente no exército, todos os bispos eram nobres e até mesmo as intendências, a pedra angular da administração real, tinham sido retomadas por eles. Conseqüentemente, a nobreza não só exasperava os sentimentos da classe média por sua bem-sucedida competição por postos oficiais, mas também corroía o próprio Estado através da crescente tendência de assumir a administração centrai e provinciana. De maneira semelhante, eles — e especialmente os cavalheiros provincianos mais pobres que tinham poucos outros recursos — tentaram neutralizar o declínio de suas rendas usando ao máximo seus consideráveis direitos feudais para extorquir dinheiro (ou mais raramente, serviço) do campesinato. Toda uma profissão, a dos feudistas, nasceu para reviver os direitos obsoletos desse tipo ou então para aumentar ao máximo o lucro dos existentes. Seu mais celebrado membro, Gracchus Babcuf, viria a se tornar o líder da primeira revolta comunista da história moderna, em 1796. Conseqüentemente, a nobreza não só exasperava a classe média mas também o campesinato.

A situação desta classe enorme, compreendendo talvez 80% de todos os franceses, estava longe de ser brilhante. De fato os camponeses eram em geral livres e não raro proprietários de terras. Em quantidade Efetiva, as propriedades nobres cobriam somente um-quinto da terra, as propriedades do clero talvez cobrissem outros 6%, com variações regionais. Assim é que na diocese de Montpellier os camponeses já possuíam de 38 a 40% da terra, a burguesia de 18 a 19%, os nobres de 15 a 16% e o clero de 3 a 4%, enquanto um-quinto era de terras comuns. Na verdade, entretanto, a grande maioria não tinha terras ou tinha uma quantidade insuficiente, deficiência esta aumentada pelo atraso técnico dominante; e a fome geral de terra foi intensificada pelo aumento da população. Os tributos feudais, os dízimos e as taxas tiravam uma grande e cada vez maior proporção da renda do camponês a inflação reduzia o valor do resto. Pois só a minoria dos camponeses que tinha um constante excedente para vendas se beneficiava dos preços crescentes; o resto, de uma maneira ou de outra, sofria, especialmente em tempos de má colheita, quando dominavam os preços de fome. Há pouca dúvida de que nos 20 anos que precederam a Revolução a situação dos camponeses tenha piorado por essas razões.

Os problemas financeiros da monarquia agravaram o quadro. Já a estrutura fiscal e administrativa do reino era tremendamente obsoleta, e, como vimos, a tentativa de remediar a situação através das reformas de 1774-6 fracassou, derrotada pela resistência dos interesses estabelecidos encabeçados pelos parlements. Então a França envolveu-se na guerra da independência americana. A vitória contra a Inglaterra foi obtida ao custo da bancarrota final, e

assim a revolução americana pôde proclamar-se a causa direta da Revolução Francesa. Vários expedientes foram tentados com sucesso cada vez menor, mas sempre longe de uma reforma fundamental que, mobilizando a considerável capacidade tributável do país, pudesse enfrentar uma situação em que os gastos excediam a renda em pelo menos 20% e não havia quaisquer possibilidades de economias efetivas. Pois embora a extravagância de Versailles tenha sido constantemente culpada pela crise, os gastos da corte só significavam 6% dos gastos totais em 1788. A guerra, a marinha e a diplomacia constituíam um-quarto, e metade era consumida pelo serviço da dívida existente. A guerra e a divida — a guerra americana e sua divida — partiram a espinha da monarquia.

A crise do governo deu à aristocracia e aos parlements a sua chance. Eles se recusavam a pagar pela crise se seus privilégios não fossem estendidos. A primeira brecha no fronte do absolutismo foi uma "assembleia de notáveis" escolhidos a dedo, mas assim mesmo rebeldes, convocada em 1787 para satisfazer as exigências governamentais. A segunda e decisiva brecha foi a desesperada decisão de convocar os Estados Gerais, a velha assembleia feudal do reino, enterrada desde 1614. Assim, a Revolução começou como uma tentativa aristocrática de recapturar o Estado. Esta tentativa foi mal calculada por duas razões: ela subestimou as intenções independentes do "Terceiro Estado" — a entidade fictícia destinada a representar todos os que não eram nobres nem membros do clero, mas de fato dominada pela classe média — e desprezou a profunda crise sócio-econômicas no meio da qual lançava suas exigências políticas.

A Revolução Francesa não foi feita ou liderada por um partido ou movimento organizado, no sentido moderno, nem por homens que estivessem tentando levar a cabo um programa estruturado. Nem mesmo chegou a ter "líderes" do tipo que as revoluções do século XX nos têm apresentado, até o surgimento da figura pós-revolucionária de Napoleão. Não obstante, um surpreendente consenso de idéias gerais entre um grupo social bastante coerente deu ao movimento revolucionário uma unidade efetiva. O grupo era a "burguesia"; suas ideias eram as do liberalismo clássico, conforme formuladas pelos "filósofos" e "economistas" e difundidas pela maçonaria e associações informais. Até este ponto os "filósofos" podem ser, com justiça, considerados responsáveis pela Revolução. Ela teria ocorrido sem eles; mas eles provavelmente constituíram a diferença entre um simples colapso de um velho regime e a sua substituição rápida e efetiva por um novo. Em sua forma mais geral, a ideologia de 1789 era a maçónica, expressa com tão sublime inocência na *Flauta Mágica* de Mozart (1791), uma das primeiras grandes obras de arte propagandísticas de uma época em que as mais altas realizações artísticas pertenceram tantas vezes à propaganda. Mais especificamente, as exigências do burguês foram delineadas na famosa Declaração dos Direitos do Homem e do

Cidadão, de 1789.
Este documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária. "Os homens nascem c vivem livres e iguais perante as leis", dizia seu primeiro artigo; mas ela também prevê a existência de distinções sociais, ainda que "somente no terreno da utilidade comum". A propriedade privada era um direito natural, sagrado, inalienável e inviolável. Os homens eram iguais perante a lei e as profissões estavam igualmente abertas ao talento; mas, se a corrida começasse sem handicaps, era igualmente entendido como fato consumado que os corredores não terminariam juntos. A declaração afirmava (como contrário à hierarquia nobre ou absolutismo) que "todos os cidadãos têm o direito de colaborar na elaboração das leis"; mas "pessoalmente através de seus representantes". E a assembleia representativa que ela vislumbrava como o órgão fundamental de governo não era necessariamente uma assembleia democraticamente eleita, nem o regime nela implícito pretendia eliminar os reis. Uma monarquia constitucional baseada em uma oligarquia possuidora de terras era mais adequada à maioria dos liberais burgueses do que a república democrática que poderia ter parecido uma expressão mais lógica de suas aspirações teóricas, embora alguns também advogassem esta causa. Mas no geral, o burguês liberal clássico de 1789 (e o liberal de 1789-1848) não era um democrata mas sim um devoto do constitucionalismo, um Estado secular com liberdades civis e garantias para a empresa privada e um governo de contribuintes e proprietários.

Entretanto, oficialmente esse regime expressaria não apenas seus interesses de classe, mas também a vontade geral do "povo", que era por sua vez (uma significativa identificação) "a nação francesa". O rei não era mais Luís, pela Graça de Deus, Rei de França e Navarra, mas Luís, pela Graça de Deus e do direito constitucional do Estado, Rei dos franceses. "A fonte de toda a soberania", dizia a Declaração, "reside essencialmente na nação". E a nação, conforme disse o Abade Sieyès, não reconhecia na terra qualquer direito acima do seu próprio e não aceitava qualquer lei ou autoridade que não a sua — nem a da humanidade como um todo, nem a de outras nações. Sem dúvida, a nação francesa, como suas subseqüentes imitadoras, não concebeu inicialmente que seus interesses pudessem se chocar com os de outros povos, mas, pelo contrário, via a si mesma como inauguradora ou participante de um movimento de libertação geral dos povos contra a tirania. Mas de fato a rivalidade nacional (por exemplo, a dos homens de negócios franceses com os ingleses) e a subordinação nacional (por exemplo, a das nações conquistadas ou libertadas face aos interesses da *la grande nation*) estavam implícitas no nacionalismo ao qual a burguesia de 1789 deu sua primeira expressão oficial. "O povo" identificado com "a nação" era um conceito revolucionário; mais revolucionário do que o

programa liberal-burguês que pretendia expressá-lo. Mas era também uma faca de dois gumes.

Visto que os camponeses e os trabalhadores pobres eram analfabetos, politicamente simples ou imaturos, e o processo de eleição, indireto, 610 homens, a maioria desse tipo, foram eleitos para representar o Terceiro Estado. A maioria da assembleia era de advogados que desempenhavam um papel econômico importante na França provinciana; cerca de 100 representantes eram capitalistas e homens de negócios. O Terceiro Estado tinha lutado acirradamente, e com sucesso, para obter uma representação tão grande quanto a da nobreza e a do clero juntas, uma ambição moderada para um grupo que oficialmente representava 95% do povo. E agora lutava com igual determinação pelo direito de explorar sua maioria potencial de votos, transformando os Estados Gerais numa assembléia de deputados que votariam individualmente, ao contrário do corpo feudal tradicional que deliberava e votava por "ordens" ou "estados", uma situação em que a nobreza e o clero podiam sempre derrotar o Terceiro Estado. Foi aí que se deu a primeira.vitória revolucionária. Cerca de seis semanas após a abertura dos Estados Gerais, os Comuns, ansiosos por evitar a ação do rei, dos nobres e do clero, constituíram-se eles mesmo, e todos os que estavam preparados para se juntarem a eles nos termos que ditassem, em Assembleia Nacional com o direito de reformar a constituição. Foi feita uma tentativa contra-revolucionária que os levou a formular suas exigências praticamente nos termos da Câmara dos Comuns inglesa. O absolutismo atingia seus extertores, conforme Mirabeau, um brilhante e desacreditado ex-nobre, disse ao Rei: "Majestade, vós sois um estranho nesta assembleia e não tendes o direito de se pronunciar aqui".

O Terceiro Estado obteve sucesso, contra a resistência unificada do rei e das ordens privilegiadas, porque representava não apenas as opiniões de uma minoria militante e instruída, mas também as de forças bem mais poderosas dos trabalhadores pobres das cidades, e especialmente de Paris, e em suma, também, o campesinato revolucionário. O que transformou uma limitada agitação reformista em uma revolução foi o fato de que a conclamação dos Estados Gerais coincidiu com uma profunda crise sócio-econômica. Os últimos anos da década de 1780 tínham sido, por uma complexidade de razões, um período de grandes dificuldades praticamente para todos os ramos da economia francesa. Uma má safra em 1788 (e 1789) e um inverno muito difícil tornaram aguda a crise. As más safras faziam sofrer o campesinato, pois significavam que enquanto os grandes produtores podiam vender cereais a preços de fome, a maioria dos homens em suas insuficientes propriedades tinha provavelmente que se alimentar do trigo reservado para o plantio ou comprar alimentos àqueles preços, especialmente nos meses imediatamente anteriores à nova safra (maio-julho). Obviamente as más safras faziam sofrer também os pobres das cidades, cujo custo de vida — o pão era o principal alimento — podia duplicar. Fazia-os

sofrer ainda mais, porque o empobrecimento do campo reduzia o mercado de manufaturas e portanto também produzia uma depressão industrial. Os pobres do interior ficavam assim desesperados e envolvidos em distúrbios e banditismo; os pobres das cidades ficavam duplamente desesperados já que o trabalho cessava no exato momento em que o custo de vida subia vertiginosamente. Em circunstâncias normais, teria ocorrido provavelmente pouco mais que agitações cegas. Mas em 1788 e 1789 uma convulsão de grandes proporções no reino e uma campanha de propaganda e eleição deram ao desespero do povo uma perspectiva política. E lhe apresentaram a tremenda e abaladora ideia de se libertar da pequena nobreza e da opressão. Um povo turbulento se colocava por trás dos deputados do Terceiro Estado.

A contra-revolução transformou um levante de massa em potencial em um levante efetivo. Sem dúvida era natural que o velho regime oferecesse resistência, se necessário com força armada, embora o exército não fosse mais totalmente de confiança. (Só sonhadores irrealistas suporiam que Luís XVI pudesse ter aceito a derrota e imediatamente se transformado em um monarca constitucional, mesmo que ele tivesse sido um homem menos desprezível e estúpido do que era, casado com uma mulher menos irresponsável e com menos miolos de galinha, e preparado para escutar conselheiros menos desastrosos.) De fato a contra-revolução mobilizou contra si as massas de Paris, já famintas e desconfiadas e militantes. O resultado mais sensacional de sua mobilização foi a queda da Bastilha, uma prisão estatal que simbolizava a autoridade real e onde os revolucionários esperavam encontrar armas. Em tempos de revolução nada é mais poderoso do que a queda de símbolos. A queda da Bastilha, que fez do 14 de julho a festa nacional francesa, ratificou a queda do despotismo e foi saudada em todo o mundo como o princípio de libertação. Até mesmo o austero filósofo Emanuel Kant, de Koenigsberg, de quem se diz que os hábitos eram tão regrados que os cidadãos daquela cidade acertavam por ele os seus relógios, postergou a hora de seu passeio vespertino ao receber a notícia, de modo que convenceu a cidade de Koenigsberg de que um fato que sacudiu o mundo tinha deveras ocorrido. O que é mais certo é que a queda da Bastilha levou a revolução para as cidades provincianas e para o campo.

As revoluções camponesas são movimentos vastos, disformes, anónimos, mas irresistíveis. O que transformou uma epidemia de inquietação camponesa em uma convulsão irreversível foi a combinação dos levantes das cidades provincianas com uma onda de pânico de massa, que se espalhou de forma obscura mas rapidamente por grandes regiões do país: o chamado Grande Medo (Grande Peur), de fins de julho e princípio de agosto de 1789. Três semanas após o 14 de julho, a estrutura social do feudalismo rural francês e a máquina estatal da França Real ruiam em pedaços. Tudo o que restou do poderio esta tal foi uma dispersão de regimentos pouco confiáveis, uma Assembleia

Nacional sem força coercitiva e uma multiplicidade de administrações municipais ou provincianas da classe média que logo montaram "Guardas Nacionais" burguesas segundo o modelo de Paris. A classe média e a aristocracia imediatamente aceitaram o inevitável: todos os privilégios feudais foram oficialmente abolidos embora, quando a situação política se acalmou, fosse fixado um preço rígido para sua remissão. O feudalismo só foi finalmente abolido em 1793. No final de agosto, a revolução tinha também adquirido seu manifesto formal, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Em contrapartida, o rei resistiu com sua costumeira estupidez, e setores revolucionários da classe média, amedrontados com as implicações sociais do levante de massa começaram a pensar que era chegada a hora do conservadorismo.

Em resumo, a principal forma da política revolucionária burguesa francesa e de todas as subsequentes estava agora bem clara. Esta dramática dança dialética dominaria as gerações futuras. Repetidas vezes veremos moderados reformadores da classe média mobilizando as massas contra a resistência obstinada ou a contra-revolução. Veremos as massas indo além dos ohjetivos dos moderados rumo a suas próprias revoluções sociais, e os moderados, por sua vez, dividindo-se em um grupo conservador, dai em diante fazendo causa comum com os reacionários, e um grupo de esquerda, determinado a perseguir o resto dos objetivos moderados, ainda não alcançados, com o auxílio das massas, mesmo com o risco de perder o controle sobre elas. E assim por diante, com repetições e variações do modelo resistência — mobilização de massa — inclinação para a esquerda — rompimento entre os moderados — inclinação para a direita — até que o grosso da classe média passe daí em diante para o campo conservador ou seja derrotado pela revolução social. Na maioria das revoluções burguesas subsequentes, os liberais moderados viriam a retroceder, ou transferir-se para a ala conservadora, num estágio bastante inicial. De fato, no século XIX vemos de modo crescente (mais notadamente na Alemanha) que eles se tornaram absolutamente relutantes em começar uma revolução, por medo de suas incalculáveis consequências, preferindo um compromisso com o rei e a aristocracia. A peculiaridade da Revolução Francesa é que uma facção da classe média liberal estava pronta a continuar revolucionária até o, e mesmo além do, limiar da revolução antiburguesa: eram os jacobinos, cujo nome veio a significar "revolução radical" em toda parte.

Por quê? Em parte, é claro, porque a burguesia francesa não tinha ainda para temer, como os liberais posteriores, a terrível memória da Revolução Francesa. Depois de 1794. ficaria claro para os moderados que o regime jacobino tinha levado a revolução longe demais para os objetivos e comodidades burgueses, exatamente como ficaria claro para os revolucionários que "o sol de 1793", se fosse nascer de novo, teria que brilhar sobre uma sociedade não

burguesa. Por outro lado, os jacobinos podiam sustentar o radicalismo porque em sua época não existia uma classe que pudesse fornecer uma solução social coerente como alternativa à deles. Esta classe só surgiu no curso da revolução industrial, com o "proletariado" ou, mais precisamente, com as ideologias e movimentos baseados nele. Na Revolução Francesa, a classe operária e mesmo esta é uma designação imprópria para a massa de assalariados contratados, mas fundamentalmente não industriais — ainda não desempenhava qualquer papel independente. Eles tinham fome, faziam agitações e talvez sonhassem, mas por motivos práticos seguiam os líderes não proletários. O campesinato nunca fornece uma alternativa política para ninguém; apenas, de acordo com a ocasião, uma força quase irresistível ou um obstáculo quase irremovível. A única alternativa para o radicalismo burguês (se excetuarmos pequenos grupos de ideólogos ou militantes impotentes quando destituídos do apoio das massas) eram os "sanscúlottes". um movimento disforme, sobretudo urbano, de trabalhadores pobres, pequenos artesãos, lojistas, artífices, pequenos empresários etc. Os sanscúlottes eram organizados, principalmente nas "seções" de Paris e nos clubes políticos locais, e forneciam a principal força de choque da revolução — eram eles os verdadeiros manifestantes, agitadores, construtores de barricadas. Através de jornalistas como Marat e Hébert, através de porta-vozes locais, eles também formularam uma política por trás da qual estava um ideal social contraditório e vagamente definido, que combinava o respeito pela (pequena) propriedade privada com a hostilidade aos ricos, trabalho garantido pelo governo, salários e segurança social para o homem pobre, uma democracia extremada, de igualdade e de liberdade, localizada e direta. Na verdade, os sanscúlottes eram um ramo daquela importante e universal tendência política que procurava expressar os interesses da grande massa de "pequenos homens" que existia entre os pólos do "burguês" e do "proletário", freqüentemente talvez mais próximos deste do que daquele porque eram, afinal, na maioria pobres. Esta tendência pode ser observada nos Estados Unidos (sob a forma de uma democracia jeffersoniana e jacksoniana, ou populismo), na Grã-Bretanha (radicalismo), na França (com os antecessores dos futuros "republicanos" e radicais-socialistas), na Itália (com os mazzinianos e os garibaldinos) e em toda parte. Na maioria das vezes, ela costumou se colocar, nas épocas pós-revolucionárias, como uma ala esquerdista do liberalismo da classe média, mas relutante em abandonar o antigo princípio de que não há inimigos na esquerda, e pronta, em tempos de crise, a se rebelar contra "a muralha de dinheiro", "os monarquistas econômicos" ou "a cruz de ouro que crucifica a humanidade". Mas o movimento dos sansculottes também não forneceu nenhuma alternativa real. O seu ideal, um passado dourado de aldeões e pequenos artesãos ou um futuro dourado de pequenos fazendeiros e artífices não perturbados por banqueiros e milionários, era irrealizável. A história se movia silenciosamente contra eles. O máximo que

podiam fazer — e isto eles conseguiram em 1793-4 — era erguer obstáculos à sua passagem, os quais dificultaram o crescimento econômico francês daquela época até quase a atual. De fato, o sansculotismo foi um fenómeno tão desamparado que seu próprio nome está praticamente esquecido, ou só é lembrado como sinónimo do jacobinismo que lhe deu liderança no Ano II.

II

Entre 1789 e 1791 a vitoriosa burguesia moderada, atuando através do que tinha a esta altura se transformado na Assembleia Constituinte, tomou providências para a gigantesca recionalização e reforma da França, que era seu objetivo. A maioria dos empreendimentos institucionais duradouros da revolução datam deste período, assim como os seus mais extraordinários resultados internacionais, o sistema métrico e a emancipação pioneira dos judeus. Economicamente as perspectivas da Assembleia Constituinte eram inteiramente liberais: sua política em relação aos camponeses era o cerco das terras comuns e o incentivo aos empresários rurais; para a classe trabalhadora, a interdição dos sindicatos; para os pequenos artesãos, a abolição dos grémios e corporações. Dava pouca satisfação concreta ao povo comum, exceto, a partir de 1790, com a secularização e venda dos terrenos da Igreja (bem como dos terrenos da nobreza emigrante) que tinha a tripla vantagem de enfraquecer o clericalismo, fortalecer o empresário rural e provinciano e dar a muitos camponeses uma retribuição mensurável por suas atividades revolucionárias. A Constituição de 1791 rechaçou a democracia excessiva através de um sistema de monarquia constitucional baseada num direito de voto censitário dos "cidadãos ativos" reconhecidamente bastante amplo. Esperava-se que os passivos honrassem sua denominação.

Na verdade, isto não aconteceu. Por um lado, a monarquia, embora a esta altura fortemente apoiada por uma poderosa facção burguesa ex-revolucionária, não podia se conformar com o novo regime. A corte sonhava e conspirava por uma cruzada de primos reais que banisse a canalha governante de plebeus e restituísse o ungido de Deus, o mui católico rei da França, a seu lugar de direito. A Constituição Civil do Clero (1790), uma má concebida tentativa de destruir não a Igreja, mas a lealdade romana absolutista da Igreja, levou a maioria do clero e de seus fiéis à oposição, e ajudou a levar o rei à desesperada e afinal suicida tentativa de fugir do país. Ele foi recapturado em Varennes (junho de 1791) e daí em diante o republicanismo tornou-se uma força de massa; pois os reis tradicionais que abandonam seus povos perdem o direito à lealdade. Por outro lado, a incontrolada economia de livre empresa dos moderados acentuou as flutuações no nível dos preços dos alimentos e consequentemente a militância dos pobres das cidades, especialmente em Paris. O preço do pão registrava a

temperatura política de Paris com a exatidão de um termómetro e as massas de Paris eram a força revolucionária decisiva: não por mero acaso, a nova bandeira nacional francesa foi uma combinação do velho branco real com as cores vermelha e azul de Paris.

A eclosão da guerra agravou a situação; isto quer dizer que ela ocasionou uma segunda revolução em 1792, a República Jacobina do Ano II, e, consequentemente, Napoleão. Em outras palavras, ela transformou a história da Revolução Francesa na história da Europa.

Duas forças levaram a França a uma guerra geral: a extrema direita e a esquerda moderada. O rei, a nobreza francesa e a crescente emigração aristocrática e eclesiástica, acampados em várias cidades da Alemanha Ocidental, achavam que só a intervenção estrangeira poderia restaurar o velho regime. Esta intervenção não foi muito facilmente organizada, dadas as complexidades da situação internacional e a. relativa tranquilidade política de outros países. Entretanto, era cada vez mais evidente para os nobres e os governantes por direito divino de outros países que a restauração do poder de Luís XVI não era meramente um ato de solidariedade de classe, mas uma proteção importante contra a difusão de ideias perturbadoras vindas da França. Consequentemente, as forças para reconquista da França concentraram-se no exterior.

Ao mesmo tempo, os próprios liberais moderados, e principalmente um grupo de políticos que se aglomerava em torno dos deputados do departamento mercantil de Gironda, eram uma força belicosa. Isto se devia, em parte, ao fato de que toda revolução genuína tende a ser ecuménica. Para os franceses, bem como para seus numerosos simpatizantes no exterior, a libertação da França era simplesmente p primeiro passo para o triunfo universal da liberdade, uma atitude que levou facilmente à convicção de que era dever da pátria da revolução libertar todos os povos que gemiam debaixo da opressão e da tirania. Havia entre os revolucionários, moderados e extremistas, uma paixão generosa e genuinamente exaltada em difundir a liberdade: uma inabilidade genuína para separar a causa da nação francesa daquela de toda a humanidade escravizada. O movimento francês, assim como todos os outros movimentos revolucionários, viriam a aceitar esse ponto de vista, ou a adaptá-lo, daí até pelo menos 1848. Todos os planos para a libertação europeia até 1848 giravam em torno de um levante conjunto dos povos, sob a liderança dos franceses, para derrubar a reação europeia; e, depois de 1830, outros movimentos de revolta nacional e liberal, corno o italiano e o polonês, também tenderam a ver suas nações em certo sentido como o Messias destinado por sua própria liberdade a iniciar os planos libertários de todos os outros povos.

Por outro lado, considerada menos idealisticamente, a guerra também ajudaria a solucionar numerosos problemas domésticos. Era tentador e óbvio

atribuir as dificuldades do novo regime às conspirações dos emigrantes e dos tiranos estrangeiros, e lançar contra eles os populares descontentes. Mais especificamente, os homens de negócios argumentavam que as perspectivas econômicas incertas, a desvalorização da moeda e outros problemas só podiam ser remediados se a ameaça de intervenção fosse dissipada. Eles e seus ideólogos deviam pensar, com uma olhadela na experiência britânica, que a supremacia econômica era filha da agressividade sistemática. (O século XVIII não foi um século em que o homem de negócios bem-sucedido estivesse absolutamente casado com a paz.) Além do mais, como logo se veria, a guerra podia ser feita para dar lucros. Por todas estas razões, a maioria da nova Assembléia Legislativa, exceto uma pequena ala direitista uma pequena ala esquerdista sob o comando de Robespierre, pregava a guerra. Por estas razões também, quando a guerra chegou, as conquistas da revolução viriam a combinar a libertação, a exploração e a digressão política.

A guerra foi declarada em abril de 1792. A derrota, que o povo (bem plausivelmente) atribuiu à sabotagem e à traição real, trouxe a radicalização. Em agosto-setembro, a monarquia foi derrubada, a República estabelecida e uma nova era da história humana proclamada, com a instituição do Ano I do calendário revolucionário, pela ação armada das massas sansculottes de Paris. A heróica idade de ferro da Revolução Francesa começou entre os massacres dos prisioneiros políticos, as eleições para a Convenção Nacional — provavelmente a mais notável assembleia na história do parlamentarismo — e a conclamação para a resistência total aos invasores. O rei foi feito prisioneiro é a invasão estrangeira sustada por um nada dramático duelo de artilharia em Valmy.

As guerras revolucionárias impõem sua própria lógica. O partido dominante na nova Convenção era o dos girondinos, belicosos no exterior e moderados em casa, um corpo de oradores parlamentares com charme e brilho que representava os grandes negócios, a burguesia provinciana e muita distinção intelectual. Sua política era inteiramente impossível, pois somente Estados em campanhas militares limitadas e com forças regulares estabelecidas poderiam ter esperanças de manter a guerra e os problemas domésticos em compartimentos estanques, como faziam exatamente neste época as senhoras e cavalheiros britânicos dos romances de Jane Austen. A revolução não estava em uma campanha limitada nem tinha forças estabelecidas, pois sua guerra oscilava entre a vitória total da revolução mundial e a derrota total, que significava a total contra-revolução, e seu exército — o que sobrou do velho exército francês — era incapaz e inseguro. Dumouriez, o maior general da República, logo desertaria para o inimigo. Somente métodos revolucionários sem precedentes poderiam vencer uma guerra dessas, mesmo que a vitória viesse a significar simplesmente a derrota da intervenção estrangeira. De fato, tais métodos foram encontrados. No decorrer de sua crise, a jovem República Francesa descobriu ou inventou a

guerra total: a total mobilização dos recursos de uma nação através do recrutamento, do racionamento e de uma economia de guerra rigidamente controlada, e da virtual abolição, em casa e no exterior, da distinção entre soldados e civis. Só foi em nossa própria época histórica que se manifestaram as tremendas implicações desta descoberta. Uma vez que a guerra revolucionária de 1792-4 permaneceu por muito tempo um episódio excepcional, a maioria dos observadores do século XIX não conseguiu entendê-la, mas quando muito observar (e mesmo isso foi esquecido até a opulência do fim da era vitoriana) que as guerras levam a revoluções e que as revoluções vencem guerras de outro modo invencíveis. Somente hoje em dia podemos ver quanto do que se passou na República Jacobina e no "Terror" de 1793-4 faz sentido apenas nos termos de um moderno esforço de guerra total.

Os sansculottes saudaram um governo revolucionário de guerra, e não apenas porque corretamente defendiam que só assim a contra-revolução e a intervenção estrangeira podiam ser derrotadas, mas também porque seus métodos mobilizavam o povo e traziam a justiça social mais para perto. (Eles desprezavam o fato de que nenhum esforço efetivo de guerra moderna é compatível com a democracia direta, voluntária e descentralizada que acalentavam.) Os girondinos, por outro lado, temiam as consequências políticas da combinação de uma revolução de massa com a guerra que eles provocaram. Nem estavam preparados para competir com a esquerda. Eles não queriam julgar ou executar o rei, mas tinham que competir com seus rivais, "a Montanha" (os jacobinos), por este símbolo de zelo revolucionário; a Montanha ganhou prestígio, não a Gironda. Por outro lado, os girondinos queriam realmente expandir a guerra para uma cruzada ideológica geral de libertação e para um desafio direto ao grande rival econômico, a Grã-Bretanha. Neste particular, tiveram sucesso. Por volta de março de 1793 a França estava em guerra contra a maior parte da Europa e tinha dado início a anexações estrangeiras (legitimadas pela recém-inventada doutrina do direito francês às "fronteiras naturais"). Mas a expansão da guerra, principalmente quando ela ia mal, só fortaleceu a esquerda, a única que poderia vencê-la. Batendo em retirada e derrotada taticamente, a Gironda foi finalmente levada a ataques mal calculados contra a esquerda, que logo se transformariam em uma revolta provinciana organizada contra Paris. Um rápido golpe dos sansculottes derrubou-a em 2 de junho de 1793. Tinha chegado a República Jacobina.

III

Quando o leigo instruído pensa na Revolução Francesa, são os acontecimentos de 1789, mas especialmente a República Jacobina do Ano II, que

vêm à sua mente. O empertigado Robespierre, o gigantesco e dissoluto Danton, a gélida elegância revolucionária de Saint-Just, o gordo Marat, o Comité de Salvação Pública, o tribunal revolucionário e a guilhotina são as imagens que vemos mais claramente. Os próprios nomes dos revolucionários moderados que surgem entre Mirabeau e Lafayette (1789) e os líderes jacobinos (1793) desapareceram da memória de todos, exceto dos historiadores. Os girondinos são lembrados apenas como um grupo, e talvez por causa das mulheres politicamente sem importância mas românticas que estavam ligadas a eles — Mme. Roland ou Charlotte Corday. Quem, fora do campo especializado, conhece sequer os nomes de Brissot, Vergniaud, Guadet e do resto? Os conservadores criaram uma imagem duradoura do Terror, da ditadura e da histérica e desenfreada sanguinolência, embora pelos padrões do século XX, e mesmo pelos padrões das repressões conservadoras contra as revoluções sociais, tais como os massacres que se seguiram à Comuna de Paris de 1871, suas matanças em massa fossem relativamente modestas: 17 mil execuções oficiais em 14 meses. Os revolucionários, especialmente na França, viram-na como a primeira república do povo, inspiração de toda a revolta subsequente. Pois esta não era uma época a ser medida pelos critérios humanos cotidianos.

Isto é verdade. Mas para o francês da sólida classe média que estava por trás do Terror, ele não era nem patológico nem apocalíptico, mas primeiramente e sobretudo o único método efetivo de preservar seu país. Isto a República Jacobina conseguiu, e seu empreendimento foi sobre-humano. Em junho de 1793, 60 dos 80 departamentos franceses estavam em revolta contra Paris; os exércitos dos príncipes alemães estavam invadindo a França pelo norte e pelo leste; os britânicos atacavam pelo sul e pelo oeste: o país achava-se desamparado e falido. Quatorze meses mais tarde, toda a França estava sob firme controle, os invasores tinham sido expulsos, os exércitos franceses por sua vez ocupavam a Bélgica e estavam perto de começar um período de 20 anos de quase ininterrupto e fácil triunfo militar. Ainda assim, por volta de março de 1794, um exército três vezes maior que o anterior era mantido pela metade do custo de março de 1793, e o valor da moeda francesa (ou melhor, do papel-moeda — assignats — que a tinha amplamente substituído) era mantido razoavelmente estável, em contraste marcante com o passado e o futuro. Não é de admirar que Jeanbon St. André, o membro jacobino do Comité de Salvação Pública que, embora fosse um firme republicano, mais tarde se tornaria um dos mais eficientes prefeitos de Napoleão, olhasse para a França imperial com desdém quando ela cambaleava sob as derrotas de 1812-3. A República do Ano II tinha enfrentado com sucesso crises piores c com menos recursos.

Para estes homens, como de fato para a maioria da Convenção Nacional que no fundo deteve o controle durante todo este período, a escolha era simples: ou o Terror, com todos os seus defeitos do ponto de vista da classe

média, ou a destruição da Revolução, a desintegração do Estado nacional e provavelmente — já não havia o exemplo da Polónia? — o desaparecimento do país. Muito provavelmente, exceto pela desesperada crise da França, muitos deles teriam preferido um regime menos ferrenho e certamente uma economia controlada com menos rigor: a queda de Robespierre levou a uma epidemia de descontrole econômico, fraudes e corrupção que incidentalmente culminou numa inflação galopante e na bancarrota nacional de 1797. Mas mesmo do ponto de vista mais estreito, as perspectivas da classe média francesa dependiam das de um Estado nacional centralizado, forte e unificado. E, de qualquer forma, poderia a Revolução que tinha praticamente criado os termos "nação" e "patriotismo" em seus sentidos modernos, abandonar *la grande nation*?

A primeira tarefa do regime jacobino foi mobilizar o apoio da massa contra a dissidência dos notáveis e girondinos provincianos e preservar o já mobilizado apoio da massa dos sansculottes de Paris, algumas de cujas exigências por um esforço de guerra revolucionário — recrutamento geral (o *levée en masse*), terrorismo contra os "traidores" e controle geral dos preços (o "maximum") — coincidiam de qualquer forma com o senso comum jacobino, embora suas outras exigências viessem a se mostrar problemáticas. Uma nova constituição um tanto radicalizada, e até então retardada pela Gironda. foi proclamada. De acordo com este nobre documento, todavia académico, dava-se ao povo o sufrágio universal, o direito de insurreição, trabalho ou subsistência, e — o mais significativo — a declaração oficial de que a felicidade de todos era o objetivo do governo e de que os direitos do povo deveriam ser não somente acessíveis, mas também operantes. Foi a primeira constituição genuinamente democrática proclamada por um Estado moderno. Mais concretamente, os jacobinos aboliram sem indenização todos os direitos feudais remanescentes, aumentaram as oportunidades para o pequeno comprador adquirir as terras confiscadas dos emigrantes e — alguns meses mais tarde — aboliram a escravidão nas colónias francesas, a fim de estimular os negros de São Domingos a lutarem pela República contra os ingleses. Estas medidas obtiveram os mais amplos resultados. Na América, ajudaram a criar o primeiro grande líder revolucionário independente, Toussaint-Louverture.

Na França, estabeleceram essa cidadela inexpugnável de pequenos e médios proprietários camponeses, pequenos artesãos e lojistas, economicamente retrógrados, mas apaixonadamente devotados à Revolução e à República, que tem dominado a vida do país desde então. A transformação capitalista da agricultura e da pequena empresa, a condição essencial para um rápido desenvolvimento econômico, foi reduzida a um rastejo, e com ela a velocidade da urbanização, a expansão do mercado doméstico, a multiplicação da classe trabalhadora e, consequentemente, o ulterior avanço da revolução proletária. Tanto os grandes negócios quanto os movimentos trabalhistas foram longamente

condenados a permanecer fenómenos minoritários na França, ilhas cercadas por um oceano de donos de mercearia vendedores de cereais, pequenos proprietários camponeses e donos de cafés (cf. capítulo 9).

O centro do novo governo, representando uma aliança de jacobinos e sansculottes, inclinou-se, portanto, claramente para a esquerda. Isto se refletiu no reconstruído Comité de Salvação Pública, que rapidamente se transformou no efetivo Ministério da Guerra francês. O Comité perdeu Danton, um revolucionário poderoso, dissoluto e provavelmente corrupto, mas imensamente talentoso e mais moderado do que aparentava (tinha sido ministro na última administração real), e ganhou Maximilien Robespierre, que se tornou seu membro mais influente. Poucos historiadores têm sido desapaixonados a respeito deste advogado fanático, frio e afetado, com seu senso um tanto excessivo de monopólio privado da virtude, porque ele ainda encarna o terrível e glorioso Ano II a respeito do qual ninguém é neutro. Ele não era uma pessoa agradável; até mesmo os que acham que ele estava certo tendem hoje em dia a preferir o brilhante rigor matemático daquele arquiteto de paraísos espartanos, o jovem Saint-Just. Não foi também um grande homem, e sim muitas vezes limitado. Mas é o único indivíduo projetado pela Revolução (com a exceção de Napoleão) sobre o qual se desenvolveu um culto. Isto porque, para ele, como para a história, a República Jacobina não era um instrumento para ganhar guerras, mas sim um ideal: o terrível e glorioso reino da justiça e da virtude, quando todos os bons cidadãos fossem iguais perante a nação, e o povo tivesse liquidado com os traidores. Jean Jacques Rousseau (cf. adiante capítulo 13-IV) e a cristalina convicção de justiça deram-lhe sua força. Ele não tinha poderes ditatoriais formais nem mesmo um cargo, sendo simplesmente um membro do Comité de Salvação Pública, que era por sua vez um mero subcomitê da Convenção — o mais poderoso, embora jamais todo-poderoso. Seu poder era o do povo — as massas parisienses — e o terror, o delas. Quando elas o abandonaram, ele caiu.

A tragédia de Robespierre e da República Jacobina foi que eles mesmos foram obrigados a afastar este apoio. O regime era uma aliança entre a classe média e as massas trabalhadoras, mas voltado para a classe média. As concessões jacobinas e sansculottes eram toleradas só porque, e na medida em que, ligavam as massas ao regime sem aterrorizar os proprietários; e dentro da aliança os jacobinos da classe média eram decisivos. Além do mais, as próprias necessidades da guerra obrigavam qualquer governo a centralizar e a disciplinar, às custas da livre democracia direta e local dos clubes e grémios, as milícias ocasionais e as renhidas eleições livres em que floresciam os sansculottes. O mesmo processo que, durante a Guerra Civil Espanhola de 1936-9, fortaleceu os comunistas à custa dos anarquistas, fortaleceu os jacobinos do tipo de Saint-Just à custa dos sansculottes do tipo de Hébert. Por volta de 1794, o governo e a política eram monolíticos e dominados ferreamente por agentes diretos do Comité ou da

Convenção — através de delegados en mission — e por um amplo quadro de oficiais e funcionários jacobinos juntamente com organizações locais do partido. Por fim, as necessidades econômicas da guerra afastaram o apoio popular. Nas cidades, o controle de preços e o racionamento beneficiaram as massas, mas o correspondente congelamento dos salários as prejudicava. No campo, o confisco sistemático de alimentos (que os sansculottes das cidades tinham sido os primeiros a advogar) afastou os camponeses.

As massas portanto recolheram-se ao descontentamento ou a uma passividade confusa e ressentida, especialmente depois do julgamento e execução dos hébertistas, os mais ardentes porta-vozes dos sansculottes. Enquanto isso, os defensores mais moderados da Revolução estavam alarmados com o ataque contra a oposição direitista, a esta altura encabeçada por Danton. Esta facção tinha fornecido refúgio para numerosos escroques, especuladores, operadores do mercado negro e outros elementos corruptos embora acumuladores de capital, e isso tão mais prontamente quanto o próprio Danton incorporava a imagem do livre amante e gastador amoral, falstafiano, que sempre surge no início das revoluções sociais até que seja suplantado pelo rígido puritanismo que invariavelmente vem dominá-lo. Os Dantons da história são sempre derrotados pelos Robespierres (ou por aqueles que fingem se portar como Robespierres), porque a dedicação rígida e estreita pode obter sucesso onde a boémia não o consegue. Entretanto, se Robespierre conquistou o apoio dos moderados por eliminar a corrupção, o que se apresentava afinal de contas no interesse do esforço de guerra, as ulteriores restrições à liberdade a à ação de ganhar dinheiro foram mais desconcertantes para o homem de negócios. Finalmente, nenhum grande corpo de opinião gostava das excursões ideológicas um tanto extravagantes do período — as sistemáticas campanhas de descristianização (devidas ao zelo dos sansculottes) e a nova religião cívica de Robespierre, a do Ser Supremo, cheia de cerimónias, que tentava contrapor-se aos ateus e levar a termo os preceitos do divino Jean Jacques. E o constante silvo da guilhotina lembrava a todos os políticos que ninguém estava realmente a salvo.

Por volta de abril de 1794, tanto a direita quanto a esquerda tinham ido para a guilhotina, e os seguidores de Robespierre estavam portanto politicamente isolados. Somente a crise da guerra os mantinha no poder. Quando, no final de junho de 1794, os novos exércitos da República demonstraram sua firmeza derrotando decididamente os austríacos em Fleurus e ocupando a Bélgica, o fim estava perto. No Nono Termidor pelo calendário revolucionário (27 de julho de 1794). a Convenção derrubou Robespierre. No dia seguinte, ele, Saint-Just e Couthon foram executados, e o mesmo ocorreu alguns dias depois com 87 membros da revolucionária Comuna de Paris.

IV

O Termidor é o fim da heróica e lembrada fase da Revolução: a fase dos esfarrapados sansculottes e dos corretos cidadãos de bonés vermelhos que viam-se a si mesmos como Brutus e Cato, do período das frases generosas, clássicas e grandiloqüentes e também das mortais "Lyon n'est plus", "Dez mil soldados precisam de sapatos. Pegarás os sapatos de todos os aristocratas de Estrasburgo e os entregarás prontos para o transporte até os quartéis amanhã às dez horas da manhã". Não foi uma fase cómoda para se viver, pois a maioria dos homens sentia fome e muitos tinham medo, mas foi um fenómeno tão terrível e irreversível quanto a primeira explosão nuclear, e toda a história tem sido permanentemente transformada por ela. E a energia que ela gerou foi suficiente para varrer os exércitos dos velhos regimes da Europa como se fossem feitos de palha.

O problema com que se defrontava a classe média francesa no restante do que é tecnicamente descrito como o período revolucionário (1794-9) era como alcançar a estabilidade política e o avanço econômico nas bases do programa liberal de 1789-91. A classe média jamais conseguiu desde então até hoje solucionar este problema de forma adequada, embora a partir de 1870 conseguisse descobrir na república parlamentar uma fórmula exeqüível para a maior parte do tempo. As rápidas alternâncias de regime — Diretório (1795-9), Consulado (1799-1804), Império (1804-14), a restaurada Monarquia Bourbon (1815-30), a Monarquia Constitucional (1830-48), a República (1848-51), e o Império (1852-70) — foram todas tentativas para se manter uma sociedade burguesa evitando ao mesmo tempo o duplo perigo da república democrática jacobina e do velho regime.

A grande fraqueza dos termidorianos era que eles não desfrutavam de nenhum apoio político (no máximo, tolerância), espremidos como estavam entre uma revivida reação aristocrática e os pobres sansculottes jacobinos de Paris, que logo se arrependeram da queda de Robespierre. Em 1795, projetaram uma elaborada constituição de controles e balanços para se resguardarem de ambos, e as periódicas viradas para a direita e a esquerda os mantiveram em precário equilíbrio; mas cada vez mais tinham que depender do exército para dispersar a oposição. Era uma situação curiosamente semelhante à da Quarta República, e o resultado foi semelhante: o governo de um general. Mas o Diretório dependia do exército para algo mais do que a supressão de golpes e conspirações periódicas (várias em 1795, a de Babeuf em 1796, a do Frutidor em 1797, a do Floreai em 1798 e a da Pradaria em 1799) . A inatividade era a única garantia segura de poder parajam regime fraco e impopular, mas a classe média necessitava de iniciativa e de expansão. O exército resolveu este problema aparentemente insolúvel. Ele conquistou; pagou-se a si mesmo; e, mais do que isto, suas

pilhagens e conquistas resgataram o governo. Teria sido surpreendente que, em consequência, o mais inteligente e capaz dos líderes do exército, Napoleão Bonaparte, tivesse decidido que o exército podia prescindir totalmente do débil regime civil?

Este exército revolucionário foi o mais formidável rebento da República Jacobina. De um levée en masse de cidadãos revolucionários, ele logo se transformou em uma força de combatentes profissionais, pois não houve recrutamento entre 1793 e 1798, e os que não tinham gosto ou talento para o militarismo desertaram em massa. Portanto, ele reteve as características da Revolução e adquiriu as características do interesse estabelecido, a típica mistura bonapartista. A Revolução deu-lhe sua superioridade militar sem precedentes, que o soberbo generalato de Napoleão viria a explorar. Ele sempre permaneceu uma espécie de leva improvisada de soldados, no qual recrutas mal-treinados adquiriam treinamento e moral através de velhos e cansativos exercícios, em que era desprezível a disciplina formal de caserna, em que os soldados eram tratados como homens e a regra absoluta de promoção por méritos (que significavam distinção na batalha) produziu uma hierarquia simples de coragem. Isto e o senso de arrogante missão revolucionária fizeram o exército francês independente dos recursos sobre os quais se apoiavam forças mais ortodoxas. Ele jamais construiu um sistema efetivo de suprimento, pois se apoiava nos campos. Jamais foi amparado por uma indústria de armamentos minimamente adequada a suas necessidades triviais; mas ele venceu suas batalhas tão rapidamente que necessitava de poucas armas: em 1806 a grande máquina do exército prussiano ruiu perante um exército em que uma unidade militar inteira disparou somente 1.400 tiros de canhão. Os generais podiam confiar em uma coragem ofensiva ilimitada e em uma quantidade razoável de iniciativa local. Reconhecidamente, ele também tinha a fraqueza de suas origens. Com a exceção de Napoleão e pouquíssimos outros, seu generalato e estado-maior eram pobres, pois o general revolucionário ou o marechal napoleônico era bem provavelmente um duro primeiro-sargento ou uma espécie de oficial de companhia promovido antes por bravura e liderança do que por inteligência: o Marechal Ney, heróico, mas totalmente imbecil, era o tipo exato. Napoleão venceu batalhas; seus marechais sozinhos tendiam a perdê-las. Seu precário sistema de suprimento bastava nos países ricos e saqueáveis onde tinha sido desenvolvido: Bélgica, norte da Itália e Alemanha. Nos espaços áridos da Polónia e da Rússia, como veremos, ele ruiu. A ausência total de serviços sanitários multiplicava as baixas: entre 1800 e 1815 Napoleão perdeu 40% de suas forças (embora cerca de um-terço pela deserção), mas entre 90% e 98% destas perdas eram de homens que morreram não no campo de combate mas sim devido a ferimentos, doenças, exaustão e frio. Em resumo, foi um exército que conquistou toda a Europa em curtas e vigorosas rajadas não apenas porque podia fazê-lo, mas porque tinha que fazê-lo.

Por outro lado, o exército era uma carreira como qualquer outra das muitas abertas ao talento pela revolução burguesa, e os que nele obtiveram sucesso tinham um interesse investido na estabilidade interna como qualquer outro burguês. Foi isto que fez do exército, a despeito de seu jacobinismo embutido, um pilar do governo pós-termidoriano, e de seu líder Bonaparte uma pessoa adequada para concluir a revolução burguesa e começar o regime burguês. O próprio Napoleão Bonaparte, embora cavalheiro de nascimento pelos padrões de sua bárbara ilha natal da Córsega, era um carreirista típico daquela espécie. Nascido em 1769, ambicioso, descontente e revolucionário, subiu vagarosamente na artilharia, um dos poucos ramos do exército real em que a competência técnica era indispensável. Durante a Revolução, e especialmente sob a ditadura jacobina que ele apoiou firmemente, foi reconhecido por um comissário local em um fronte de suma importância — por casualidade, um patrício da Córsega, fato que dificilmente pode ter abalado suas intenções — como um soldado de dons esplêndidos e muito promissor. O Ano II fez dele um general. Sobreviveu à queda de Robespierre, e um dom para o cultivo de ligações úteis em Paris ajudou-o em sua escalada após este momento difícil. Agarrou a sua chance na campanha italiana de 1796, que fez dele o inquestionado primeiro soldado da República, que agia virtualmente independente das autoridades civis. O poder foi meio atirado sobre seus ombros e meio agarrado por ele quando as invasões estrangeiras de 1799 revelaram a fraqueza do Diretório e a sua própria indispensabilidade. Tornou-se primeiro cônsul, depois cônsul vitalício e Imperador. E com sua chegada, como que por milagre, os insolúveis problemas do Diretório se tornaram solúveis. Em poucos anos a França tinha um Código Civil, uma concordata com a Igreja e até mesmo o mais significativo símbolo da estabilidade burguesa — um Banco Nacional. E o mundo tinha o seu primeiro mito secular.

Os leitores mais velhos ou os de países antiquados conhecem o mito napoleônico tal como ele existiu durante o século em que nenhuma sala da classe média estava completa sem o seu busto, e talentos panfletários podiam afirmar, mesmo como piada, que ele não era um homem mas um deus-sol. O extraordinário poder deste mito não pode ser adequadamente explicado nem pelas vitórias napoleônicas nem pela propaganda napoleônica, ou tampouco pelo próprio gênio indubitável de Napoleão. Como homem ele era inquestionavelmente muito brilhante, versátil, inteligente e imaginativo, embora o poder o tivesse tornado sórdido. Como general, não teve igual; como governante, foi um planejador, chefe e executivo soberbamente eficiente e um intelectual suficientemente completo para entender e supervisionar o que seus subordinados faziam. Como indivíduo parece ter irradiado um senso de grandeza, mas a maioria dos que deram esse testemunho, por exemplo, Goethe, viram-no no auge de sua fama, quando o mito já o tinha envolvido. Foi, sem sombra de dúvidas, um

grande homem e — talvez com a exceção de Lênin — seu retrato é o que a maioria das pessoas razoavelmente instruídas, mesmo hoje, reconheceriam mais prontamente numa galeria de personagens da história, ainda que somente pela tripla marca registrada do tamanho pequeno, do cabelo escovado para a frente sobre a testa e da mão enfiada no colete entreaberto. Talvez não tenha sentido fazer uma comparação dele, em termos de grandeza, com candidatos a esse título no século XX.

Pois o mito napoleônico baseia-se menos nos méritos de Napoleão do que nos fatos, então sem paralelo, de sua carreira. Os homens que se tornaram conhecidos por terem abalado o mundo de forma decisiva no passado tinham começado como reis, como Alexandre, ou patrícios, como Júlio César, mas Napoleão foi o "pequeno cabo" que galgou o comando de um continente pelo seu puro talento pessoal. (Isto não foi estritamente verdadeiro, mas sua ascensão foi suficientemente meteórica e alta para tornar razoável a descrição.) Todo jovem intelectual que devorasse livros, como o jovem Bonaparte o fizera, escrevesse maus poemas e romances e adorasse Rousseau poderia, a partir daí, ver o céu como o limite e seu monograma enfaixado em lauréis. Todo homem de negócios daí em diante tinha um nome para sua ambição: ser — os próprios clichés o denunciam — um "Napoleão das finanças" ou da indústria. Todos os homens comuns ficavam excitados pela visão, então sem paralelo, de um homem comum que se tornou maior do que aqueles que tinham nascido para usar coroas. Napoleão deu à ambição um nome pessoal no momento em que a dupla revolução tinha aberto o mundo aos homens de vontade. E ele foi mais ainda. Foi um homem civilizado do século XVIII, racionalista, curioso, iluminado, mas também discípulo de Rousseau o suficiente para ser ainda o homem romântico do século XIX. Foi o homem da Revolução, e o homem que trouxe estabilidade. Em síntese, foi a figura com que todo homem que partisse os laços com a tradição podia-se identificar em seus sonhos.

Para os franceses ele foi também algo bem mais simples: o mais bem-sucedido governante de sua longa história. Triunfou gloriosamente no exterior, mas, em termos nacionais, também estabeleceu ou restabeleceu o mecanismo das instituições francesas como existem até hoje. Reconhecidamente, a maioria de suas ideias — talvez todas — foram previstas pela Revolução e o Diretório; sua contribuição pessoal foi fazê-las um pouco mais conservadoras, hierárquicas e autoritárias. Mas seus predecessores apenas previram; ele realizou. Os grandes monumentos de lucidez do direito francês, os Códigos que se tornaram modelos para todo o mundo burguês, exceto o anglo-saxão, foram napoleônicos. A hierarquia dos funcionários — a partir dos prefeitos, para baixo —, das cortes, das universidades e escolas foi obra sua. As grandes "carreiras" da vida pública francesa, o exército, o funcionalismo público, a educação e o direito ainda têm formas napoleônicas. Ele trouxe estabilidade e prosperidade para todos, exceto

para os 2S0 mil franceses que não retornaram de suas guerras, embora mesmo para os parentes deles tivesse trazido a glória. Sem dúvida, os britânicos se viam como lutadores pela causa da liberdade contra a tirania; mas em 1815a maioria dos ingleses era mais pobre do que o fora em 1800, enquanto que a maioria dos franceses era quase que certamente mais rica, e ninguém, exceto os trabalhadores assalariados cujo número era insignificante, tinha perdido os substanciais benefícios econômicos da Revolução. Há pouco mistério quanto à persistência do bonapartismo como uma ideologia de franceses apolíticos, especialmente dos camponeses mais ricos, depois da queda do ditador. Foi necessário um segundo Napoleão menor, entre 1851 e 1870, para dissipá-la.

Ele destruíra apenas uma coisa: a Revolução Jacobina, o sonho de igualdade, liberdade e fraternidade, do povo se erguendo na sua grandiosidade para derrubar a opressão. Este foi um mito mais poderoso do que o dele, pois, após a sua queda, foi isto e não a sua memória que inspirou as revoluções do século XIX, inclusive em seu próprio país.